

A teoria da comunicação de Charles S. Peirce e os equívocos de Ciro Marcondes Filho

Winfried Nöth

Resumo: Este artigo apresenta uma resenha crítica do artigo “Esquecer Peirce?” de Ciro Marcondes Filho (*Galáxia* 24, 2012) na qual o autor defende a tese de que a obra de C. S. Peirce não apresenta nenhuma contribuição à teoria da comunicação. O artigo esboça alguns dos elementos da teoria da comunicação peirciana e discute em detalhes que a tese de Marcondes é inválida por estar baseada em evidência textual insuficiente e fontes não qualificadas.

Palavras chave: Charles S. Peirce, teoria da comunicação, Ciro Marcondes Filho

Abstract: **Charles S. Peirce’s theory of communication and Ciro Marcondes’s errors.** – The paper presents a critical review of Ciro Marcondes Filho’s paper “Forget Peirce?” (*Galáxia* 24, 2012) in which its author argues that C. S. Peirce’s writings offer no contribution to the theory of communication. It presents a brief outline of some of the elements of Peirce’s theory of communication and shows in detail that Marcondes’s argument is invalid, being based on insufficient textual evidence and unreliable sources.

Key words: Charles S. Peirce, communication theory, Ciro Marcondes Filho

“Esquecer Peirce?” é o título que Ciro Marcondes deu a um artigo da sua autoria, que saiu no número 24 da revista *Galáxia* em dezembro de 2012. O ponto de interrogação é absolutamente retórico. A argumentação, que o autor desenvolve no decorrer do artigo, só permite uma única conclusão: Esquecer Peirce, sim! A teoria da comunicação de Peirce *deve* ser ignorada é a mensagem do autor. O subtítulo diz também por que: essa teoria apresenta “dificuldades” pois ela “se apoia no modelo lógico e na religião” (sic!). Esquecimento pressupõe conhecimento anterior. Se Marcondes conhece Peirce será examinado abaixo, mas que há um conhecimento de excelência de Peirce, no Programa

de Comunicação e Semiótica da PUC de São Paulo, é bem conhecido. Este saber deve ser a razão pela qual Marcondes se dirigiu aos leitores da *Galáxia*, revista editada por esse programa de pós-graduação, um lugar onde os estudos peircianos têm uma tradição desde os anos 1970, cujos resultados alcançaram um estatuto internacional reconhecido.

Com a escolha do título chamativo de seu artigo, Ciro Marcondes segue uma estratégia retórica que os antigos identificaram como *exórdio por insinuação*. Imaginando que o auditório possa enfrentar os argumentos a serem apresentados com ceticismo, o orador adota a estratégia de captar a *benevolentia* dos seus ouvintes com palavras indiretas e menos provocativas. Sem este véu retórico, o discurso de Marcondes sobre as “dificuldades” da teoria peirciana se apresenta como a continuação de seu “excursão” sobre *Os equívocos de Peirce*, que ele já publicou há quase uma década no segundo volume da sua *Nova teoria da comunicação* (MARCONDES FILHO, 2004, pp. 392-405).

Paradoxalmente, o apelo à amnésia intelectual, que Marcondes dirige aos seus leitores, é fadado a criar um efeito contrário. Em vez de causar esquecimento, ele só dá mais destaque a Peirce. Isto não é só assim porque qualquer apelo a esquecer um assunto implica o paradoxo de só chamar mais atenção a ele, o que necessariamente autodesconstrói a eficiência do apelo, mas também porque o artigo de Marcondes é repleto de equívocos, que não podem ficar sem retificações em mais artigos que darão evidência da relevância de Peirce para os estudos da comunicação. Começamos com um pequeno esboço de alguns elementos da teoria da comunicação de Peirce para demonstrar que as teorias de CM não se sustentam.

Elementos da teoria da comunicação de Peirce

Peirce era um polímata, um pesquisador em ciências da química até à metafísica, mas no centro do seu interesse estava, sem dúvida, a semiótica. A semiótica, em sua definição, é “a doutrina da natureza essencial e das variedades fundamentais de uma possível semiose” (EP 2:413, 1907), e semiose, por sua vez, é “uma ação, ou influência que é, ou envolve, a cooperação de três elementos, tais como um signo, seu objeto e seu interpretante” (ibid.). Nessas premissas, comunicação é obviamente um ramo dos estudos semióticos.

A teoria da comunicação elaborada por Peirce tem sido o objeto de estudos de Johansen (1993), Liszka (1996), Pietarinen (2003; 2006), Bergmann (2004; 2008), Santaella e Nöth (2004) e outros. Enquanto Habermas (1995, p. 247) acredita que Peirce só tratou do tema da comunicação em seus escritos dos anos 1860 e depois disso “abandonou o processo sígnico intersubjetivo”, Oehler lembra que é preciso estudar os escritos tardios de Peirce para entender o escopo de sua teoria da comunicação:

Peirce teve um profundo e longo interesse na estrutura comunicativa da relação falante-ouvinte. A mais significativa e cuidadosa entre as suas muitas discussões sobre esse tópico data de 1907. O Manuscrito 308, ainda não publicado, que contém essa discussão, atraiu atenção especial nos anos recentes porque ele fornece uma das exposições mais consistentes de Peirce sobre a teoria dos signos. Nesse manuscrito, Peirce desenvolveu uma análise lógico-semiótica da fala situada tal como ela ocorre em um diálogo. Ao reconstruir a situação de fala, Peirce conseguiu colocar a nu tanto as estruturas triádicas da relação sógnica quanto aquilo a que ele se refere como sendo seus “ingredientes essenciais”, a saber, o usuário do signo, a expressão sógnica e o intérprete do signo. (Oehler, 1995, p. 267)

Para Peirce, o estudo da comunicação não se restringe à “interação entre duas pessoas” e aos “diálogos coletivos verbais” inclusive midiáticos, como postula Marcondes (2009, p. 64). O escopo de seu estudo da comunicação é mais amplo. De um lado, há também comunicação entre outros seres vivos, até entre microorganismos. De outro lado, comunicação também ocorre no diálogo interior de um único indivíduo: “A ação de um signo ocorre geralmente entre dois partidos, o *enunciador* e o *intérprete*. Estes não precisam ser pessoas, porque um camaleão e muitos tipos de insectos e até plantas ganham a sua vida enunciando signos, inclusive signos mentirosos” (MS 318, p. 17, 1907).

Os participantes de uma comunicação interpessoal são o enunciador e o intérprete: “Signos geralmente funcionam entre duas mentes, ou teatros de consciência, nos quais um é o agente que *enuncia* o signo (seja acústico, ótico ou outro), enquanto o outro é a mente *paciente*, que *interpreta* o signo” (EP 2, p. 403, 1907). A descrição dos agentes comunicativos como atores num “teatro de consciência” é mais do que uma mera metáfora. Num palco, os atores agem no nome de terceiras pessoas que determinam a sua atuação, e o fazem sob a direção do dramaturgo e representam não a si mesmos, mas um caráter fictício.

No cenário da comunicação, o terceiro agente, aquele que co-determina o que enunciador diz e o intérprete pode entender, é o signo. O signo age com o propósito de representar o seu objeto e de criar um interpretante na mente do intérprete. Nesta direção, a ideia da autonomia dos sujeitos comunicativos é uma ilusão, mas o signo também não age com autonomia absoluta, sendo determinado, por sua vez, por seu objeto, que é “num certo sentido a causa ou a determinante” do signo (CP 6.347, 1909).

As determinações em questão, que restringem a autonomia dos sujeitos comunicantes, são as restrições das linguagens humanas, tal como as da gramática e da lógica, mas também as restrições que a realidade impõe aos nossos discursos. Nossa fala pode desobedecer as regras da gramática, da lógica, e ela pode ignorar (em mentiras ou imaginações) a realidade que ela pretende representar aqui ou acolá, mas não pode fazê-lo *in the long run* (no longo curso do tempo). Uma língua privada, livre de quaisquer dessas restrições, torna a comunicação impossível, e um discurso que ignora a realidade daquilo que é o seu tema não se sustentará para sempre. Desta forma, o objeto do signo (o assunto e o

contexto de referência do signo) co-determina os nossos discursos, que não são somente “construídos” pelas mentes dos comunicadores. Embora a verdade dos fatos não possa se espalhar por si mesma e precise dos discursos que a defendem, é ela mesma que “cria seus defensores e lhes dá força” (CP 2.272, 1902). Este elemento anti-construtivista da teoria da comunicação peirciana devia ser parte do manual da ética jornalística, porque o jornalista, que não está convencido da realidade daquilo que ele busca representar, devia escolher outra profissão.

A ideia de tornar ‘comum’ está inscrita na etimologia da palavra *comunicação*. Consenso e a possibilidade de chegar a um acordo mútuo são guias norteando a interação dos comunicadores, mesmo que muitos diálogos terminem em desacordo. Entre os teóricos da comunicação, há os que reconhecem este princípio como um fator teleológico na interação dialógica, enquanto outros o rejeitam, seja por dúvida na possibilidade de sua realização ou até pelo motivo de que a congruência entre duas mentes seja indesejável ou até um alvo que reprime a alteridade do outro (cf. NÖTH, 2011). Peirce discute tanto a possibilidade quanto a impossibilidade de se chegar a um consenso mútuo no decorrer de um diálogo. Ao que concerne o primeiro, ele diz: “Pessoas honestas, quando não estão brincando, pretendem determinar o significado de suas palavras, de modo a não haver latitude de interpretação. Isso quer dizer: o caráter do seu significado consiste nas implicações e não-implicações de suas palavras; e as pessoas pretendem fixar o que está implicado e o que não está implicado” (CP 5.447, 1905).

Ter um horizonte de conhecimentos e ter um repertório de signos em comum são pressupostos de qualquer possibilidade de comunicação. O enunciador e o intérprete precisam ter uma *experiência colateral* – um conhecimento que o signo mesmo não pode apresentar sozinho – em comum para saber do que o outro fala (CP 8.179; EP 2, p. 198, 1909): Nenhum homem pode comunicar o menor item de informação ao seu receptor a não ser que eles tenham [...] conhecimento familiar comum [...] de modo que cada conhecedor sabe que qualquer outro familiarmente também conhece, e familiarmente sabe que qualquer outro dos conhecedores tem uma conhecimento familiar de tudo isso” (MS 614, p. 1-2, 1908). Porém, a regressão infinita destes pressupostos da comunicação é somente uma regressão teórica, o que não impede a realidade comunicativa atual, porque: “Certamente, duas séries infinitas de conhecimentos estão envolvidas; mas conhecer não é uma ação e sim um hábito, que pode permanecer passivo por um futuro indefinido” (MS 614, p. 1-2: cf. PIETARINEN 2006, p. 438). Para Peirce, chegar a entendimentos e acordos mútuos é um princípio regulativo, mas não constitutivo da comunicação. Neste contexto, ele introduz o termo do *cominterpretante* para definir aquilo “em que a mente do falante e do intérprete têm de se fundir para que qualquer comunicação possa ocorrer” (EP 2, p. 478, 1906). O cominterpretante, portanto, “consiste de tudo que é, ou deve ser bem entendido de saída, entre o falante e o intérprete, a fim de que o signo em questão possa cumprir sua função” (ibid.). Em situações atuais, essa meta ideal raramente é atingida.

Pode talvez ser alcançada, quando o tópico da conversação é algo similar à teoria dos números, mas, “quanto mais longe o tópico se situar desses [...] assuntos ‘abstratos’, menos possibilidade haverá de [...] uma precisão de discurso. Na medida em que a implicação não é determinada, ela é usualmente deixada vaga” (CP 5.447, 1905).

Além disso, a despeito de todos os esforços de colaboração, os diálogos também propiciam uma divergência fundamental de interesses entre os participantes, o que os torna “opponentes” (MS 515, p. 25, s. d.; cf. HILPINEN [1995], p. 293). Peirce chega a evocar a imagem da comunicação como uma guerra, um cenário, de resto, muito discutido na contemporânea linguística da metáfora: “o falante é essencialmente um defensor de sua própria proposição e deseja interpretá-la de modo que ela seja defensável. O intérprete, não estando tão interessado nela, e sendo incapaz de interpretá-la inteiramente, sem considerar o extremo que ela pode atingir, toma uma atitude relativamente hostil e busca a interpretação menos defensável” (MS 9, p. 3-4, c.1903). A vagueza, entretanto, não impede a comunicação; ela é também uma fonte necessária da criatividade, pois, se fôssemos sempre precisos naquilo que dizemos, nada restaria para comunicar (cf. NÖTH; SANTAELLA, 2011).

Outra razão por que é difícil atingir um cominterpretante na comunicação reside no fato de que os comunicadores não têm acesso direto à mente um do outro. Conhecimento sobre o que o outro quer dizer é sempre fragmentário, e as peças de evidência do que é significado são “cópias de um fragmento arrancado da vida do outro” (MS 318, p. 194, 1907; cf. JOHANSEN, 1993, p. 198-202). Os intérpretes só podem tentar suplementar esses fragmentos com ideias próprias, só podem tentar combinar esses fragmentos com “seu próprio panorama de uma vida universal” para encontrar onde esses fragmentos podem ser “inseridos ou recopiados” no horizonte de sua própria vida (ibid.). Compreender, nesse sentido, é re-conhecer, um eco de algo sobre o qual devemos ter alguma espécie de familiaridade.

Tendo esse esboço da teoria peirciana da comunicação em mente, podemos passar à discussão de alguns dos problemas mais cruciais presentes no texto de Marcondes.

Dez equívocos de Ciro Marcondes sobre a teoria da comunicação de Peirce

Os equívocos do teórico da comunicação Ciro Marcondes são tantos que o espaço deste artigo não é suficiente para retificá-los. Um bom número deles nem precisa de retificação por se desqualificar pela incompatibilidade óbvia demais com os fatos. Restringimo-nos aos dez equívocos seguintes:

Equívoco 1: *Religião e lógica*. É absurdo manter que a teoria da comunicação de Peirce “se apoia na religião”, como afirma o autor na síntese do seu ensaio. Já a expressão “a religião” é uma das típicas formulações genéricas e difíceis de suportar nesse artigo.

Genérica porque o leitor, em nenhum lugar do artigo, é informado de qual religião se trataria, quando e de que forma Peirce associa a comunicação a qualquer religião que seja.

O fato é que o polímata Peirce é também reconhecido como um filósofo da religião (ORANGE, 1984), mas este fato tem tão pouco a ver com a teoria da comunicação de Peirce quanto a circunstância de que o fundador do pragmatismo era um pesquisador de renome em ciências tão diversas como a química, a fotometria ou a geodesia (FISCH, 1986b). Quem poderia dizer que essas ciências tenham alguma influência significativa sobre a semiótica de Peirce?

Aliás, a afirmação de que Peirce era “um lógico, não um teórico da comunicação” (p. 23), contradiz a afirmação implícita na síntese do artigo, conforme a qual Peirce tinha “uma teoria da comunicação, que se apoia no modelo lógico e na religião” (p. 22). A justaposição dessas duas afirmações resulta num paradoxo. Ou Peirce tinha uma teoria da comunicação e pode ser criticado por ela, ou ele não tinha uma teoria da comunicação e portanto não pode ser criticado por ela.

Como se esta falácia lógica não bastasse, o autor ainda desenha o cenário de uma teoria da comunicação baseada “no modelo lógico” e, além disso, até na “na religião”. Além de soar como uma contradição em termos, a constelação imaginada por Marcondes é inteiramente incompatível com os pressupostos filosóficos de Peirce. Em suas várias classificações das ciências, a semiótica e o estudo da religião são sempre classificados como ciências distintas. Em seu sistema de 1902, por exemplo, Peirce classifica a lógica *latu senso* (ou semiótica) como o segundo e a metafísica como o terceiro ramo das ciências “cenoscópicas”, enquanto o estudo das religiões pertence ao ramo das ciências “especias” ou “idioscópicas” (MS 1339.5-12; KENT, 1987, p. 119).

Equívoco 2: Reaquecimento do neopositivismo. É absurdo manter que, nas ideias de Peirce, possa se manifestar uma “espécie de reaquecimento do neopositivismo”, como afirma Marcondes (p. 23). Peirce nunca poderia ter “reaquecido” o neopositivismo, que só surgiu algumas décadas depois da sua morte, apesar da sua lógica da pesquisa ser tão inteiramente incompatível com o espírito fundacionalista dos neo-positivistas. Enquanto eles só admitem o método indutivo, Peirce postula o método abdução como um outro caminho da pesquisa. Enquanto os neopositivistas postulam o verificacionismo, convencidos de que só a verificação de uma hipótese científica pode trazer resultados positivos, Peirce, pelo contrário, postula o princípio do falibilismo: as ciências não podem nunca chegar a certezas absolutas, pois a possibilidade da falsificação futura dessas certezas nunca pode ser excluída. Com isso, Peirce é um importante precursor da lógica da pesquisa antipositivista de Karl Popper, e não admira que Popper considerava Peirce como “um dos maiores filósofos de todos os tempos” (Popper 1972, p. 212). Para as afinidades e algumas diferenças entre o pensamento de Peirce e de Popper ver Almeida (2012).

A lógica, na qual Peirce se baseia de fato, não é, de maneira nenhuma, uma lógica neo-positivista “que barra qualquer alusão ao extralinguístico”, como acredita Marcondes (p. 23), mas uma lógica no sentido de uma “ciência que examina os signos, verifica o que é essencial para serem signos e descreve suas variedades fundamentalmente diferentes (NEM 4:271, ca. 1895). Em vez de excluir o real que, para Marcondes, deve ser o “extralinguístico”, “o lógico deve alargar seus estudos e assumir todo assunto aliado que não estava nas tarefas de estudo de ninguém mais e [...] não deve se confinar [...] às relações do signo com seu Objeto, mas [também estudar] sua relação com o Interpretante” (EP 2, p. 387, ca. 1906).

Equívoco 3: *Peirce, um hegeliano.* Marcondes afirma que Peirce “declara-se hegeliano ao evocar, em CP 5.525, o idealismo objetivo” (p. 23). Esta citação é uma citação fantasma. Na verdade, CP 5.525 é um parágrafo de um texto de 1905 sobre “Critical Philosophy and the Philosophy of Common-Sense” no qual Peirce nem fala de Hegel nem do “idealismo objetivo”. Mesmo se Peirce tivesse se referido ao “idealismo objetivo” neste trecho, ele conhecia Hegel suficientemente para não atribuir o termo idealismo objetivo a um filósofo cujo idealismo é comumente referido como “idealismo absoluto” (cf. DILWORTH, 2011).

Peirce conhecia bem a fenomenologia e a lógica de Hegel, mas ele estava longe de ser um hegeliano (FISCH, 1986a). As afinidades entre as tríades hegelianas e peircianas são superficiais. Como pode ser hegeliano um pensador que fez os julgamentos seguintes: “Em todos os seus traços principais, o catálogo de Hegel é inteiramente errado, a meu ver” (CP 5.38, 1903), ou: “Os seguidores de Hegel, em vez de trabalhar para reformular o sistema de seu mestre, e tornar obsoleta sua consideração sobre ele, [...] apenas propuseram, quando muito, algumas mudanças superficiais sem, de modo algum, recolocar o material gasto sobre o qual o sistema foi construído” (CP 1.524, 1903)?

Equívoco 4: *Peirce um logocêntrico, que ignora o extra-linguístico.* “Logocentrismo” é uma das palavras-chave, que Marcondes associa às ideias de Peirce (p. 22): “Peirce caminha num sentido nitidamente logocêntrico, expurgando do campo do saber os ‘saberes incomodantes’, o campo do não verbal e do extralinguístico” (p. 25). O erro subjacente a esta afirmação contrafactual só pode ser devido à confusão entre a semiótica de fato logocêntrica de Ferdinand de Saussure e a teoria peirciana a ela antípoda. Enquanto Saussure postula que palavras se referem a nada senão a palavras, o signo de Peirce não se refere a palavras, mas a “objetos” (qualquer coisa a que o signo possa se referir ou ser aplicado). O enigma acerca de um filósofo, que fala do objeto do signo como “um objeto externo que excita uma ideia através de uma reação sobre o cérebro” (CP 2.276, 1903), e que possa, ao mesmo tempo, ser um logocêntrico resta como uma tarefa difícil para Marcondes resolver.

Ao mesmo tempo em que Marcondes acredita que Peirce “ignora o extra-linguístico”, ele o critica pela suposta ingenuidade de “fala[r] de um contato imediato com a coisa

[...] ou do primeirismo” (p. 28). Não só falta a fonte desta afirmação, quanto também encontrá-la será um empreendimento impossível, pois aquilo que Peirce diz sobre o objeto do signo (*alias* a “coisa”) e a categoria da primeiridade são afirmações bem distintas. Primeiro, não podemos nunca ter “contato imediato” com o objeto do signo porque tudo que sabemos das “coisas” é pela mediação de signos, que as representa sempre de uma maneira incompleta. Peirce até rejeita o atributo “real” para esse objeto, argumentando que “talvez o Objeto seja inteiramente ficcional” (CP 8.314, 1909). Segundo, mesmo se levarmos em consideração o contato *indireto* que temos com uma coisa real, quando ela “insiste para forçar seu caminho ao reconhecimento como algo distinto de uma criação mental” (CP 2.325, 1903), este contato não tem nada a ver com primeiridade, como acredita Marcondes. Tal contato exemplificaria a secundidade genuína.

Equívoco 5: *Peirce, um filósofo “quase transcendental”*. Por meio de uma tradução francesa, Marcondes leu o trabalho que Habermas apresentou em 1989 em Harvard sobre “Peirce and communication” (Habermas 1995) e chegou à conclusão de que “o sistema de signos e a comunicação entre os utilizadores de signos (em Peirce) acaba adquirindo uma posição quase transcendental”. O erro da interpretação “transcendental” da obra de Peirce por Habermas e outros já foi discutido em muitos lugares (por ex., OEHLER, 1995; TEJERA, 1996; BERGMAN 2008), mas restringimo-nos aqui a citar o que o próprio Peirce escreveu sobre este erro. Na verdade, Peirce criticou o método transcendental como ocultismo (CP 3.422, 1892) e, em 1902, ele escreveu: “Um transcendentalista defenderia que é indispensável que haja uma resposta verdadeira verificável para qualquer questão inteligível. Eu mesmo costumava falar desse modo, pois quando era apenas um bebê em filosofia, minha mamadeira estava cheia do leite de Kant. Mas agora, vim a desejar algo mais substancial” (CP 113, c. 1902).

Equívoco 6: *Peirce, um cartesiano privilegiando a perspectiva do observador*. O pensamento peirciano é profundamente anticartesiano (SANTAELLA, 2004), mas Ciro Marcondes acha necessário atribuir a Peirce o “desvio cartesiano” de “coloca[r] o observador em primeiro lugar” (p. 28), erro contra qual a teoria do próprio Marcondes estaria imune. Novamente, está em falta qualquer fonte para esta afirmação na obra de Peirce e, mais uma vez, seria impossível encontrá-la, visto que o observador do signo não é um fator que seja levado em consideração quando Peirce estuda os processos de semiose. Neste processo, não é o observador que está na posição lógica do primeiro, ou mediação, mas o próprio signo. Embora a semiose seja, de fato, ligada à interpretação, Peirce não a define como a agência de um *intérprete*. A noção da “ação do signo” tem de ser tomada literalmente. O signo e não o intérprete é o agente da semiose. A agência da semiose é aquela da mediação entre o objeto representado pelo signo e o interpretante, que é o efeito semiótico do signo a se processar na mente de um possível intérprete: “Todo signo

certamente produz algo da natureza geral de um pensamento, se não a partir de uma mente, pelo menos de algum repositório de ideias, ou formas significantes, se não a uma pessoa, pelo menos a algo capaz de ‘entender’” (MS 318, p. 17, 1907).

Equívoco 7: *Russell sobre Peirce.* De um artigo extraído de uma enciclopédia sobre o pragmatismo, Marcondes cita e resume Laugier (2006, p. 876) com a seguinte avaliação sobre Peirce: “Seu projeto pragmático, segundo o qual o valor racional de uma palavra ou expressão reside unicamente nos seus efeitos concebíveis, efeitos esses que elas podem ter sobre a conduta na vida, o que levou Bertrand Russell a qualificá-lo de ‘espírito do comércio na filosofia’ (LAUGIER, 2006, p. 750) [...]” (p. 24). Que Russell tenha feito uma avaliação tão devastadora das ideias peircianas parece mais do que estranho, visto que é bem conhecido que Bertrand Russell tinha a seguinte opinião sobre Peirce: “Sem dúvida, [...] ele foi uma das mentes mais originais do final do século XIX, e certamente, o maior pensador norte-americano (RUSSELL, 1959, p. 276). Não é de admirar, portanto, que uma consulta ao dicionário citado revela que Marcondes tenha distorcido a sua fonte de tal maneira que o seu sentido tenha virado justamente em seu contrário. O que Laugier diz, na p. 876 de seu artigo, não se refere, de maneira nenhuma, a Peirce, mas ao pragmatismo de W. James, J. Dewey e outros, do qual o próprio Peirce se distanciou, chamando-os de “sequestradores” intelectuais, com a consequência de rebatizar a sua própria vertente do pragmatismo como de “pragmaticismo” para proteger as próprias ideias daquelas associadas às filosofias daqueles pragmáticos (CP 5.414, 1905).

Equívoco 8: *que seja necessário reinventar a terminologia peirciana.* Quando Marcondes traduz os conceitos de *Firstness*, *Secondness* e *Thirdness* como *primeirismo*, *secundismo* e *terceirismo* (p. 28), ele talvez não cometa um erro no sentido estrito, mas ele ignora ou desrespeita uma longa e bem sucedida tradição de estudos peircianos no Brasil, que adotou há décadas uma terminologia diferente e estilisticamente mais convincente.

Equívoco 9: *sobre os signos degenerados.* Marcondes critica Peirce por definir os signos da primeiridade e secundidade (os ícones e os índices) como “degenerados” em relação aos símbolos (terceiridade) e conclui: “Por isso, a primeira categoria é ‘degenerada’ em favor do processo intelectualizante do terceirismo. [...] O primeirismo só lhe interessava para seu tratamento no terceirismo” (p. 29). Essa conclusão não se sustenta. Primeiro, o símbolo, sendo um fenômeno da terceiridade, pertence à categoria do hábito e não do intelecto (NÖTH, 2010). Pensamento inteligente determinado por meros hábitos é uma contradição em termos. Inteligência se manifesta em signos que crescem. Peirce sublinha que o crescimento dos signos seria impossível sem o uso de signos icônicos (CP 2.302, 1893), o que é justamente aquilo que Marcondes pretende postular. Segundo, o termo “degenerado” não implica nenhuma valorização ou desvalorização. Emprestado do vocabulário da geometria das curvas planas, ele significa a redutibilidade

ou irredutibilidade de estruturas mais complexas a estruturas mais simples (MS 304, pp. 35-36, 1903). Para o estudo mais aprofundado ver Gorrée (1990) ou Kruse (1991).

Equívoco 10: *Todos leem da mesma maneira*. Marcondes atribui a Peirce uma teoria da interpretação que “abole a possibilidade de uma leitura individual dos signos: um interpretante trans-subjetivo e objetivo ocupa o lugar das leituras particulares e pessoais do texto: *todos o leem da mesma maneira*” (p. 25). Os erros desta avaliação são tantos que só poucos podem ser tematizados. A causa principal desses erros são equívocos sobre e distorções daquilo que Peirce entende por um argumento e pelo interpretante. As fontes principais seguidas por Marcondes não são os escritos de Peirce, mas um artigo de um autor desconhecido nos estudos peircianos, escrito há 30 anos (CARNOIS, 1983), e uns capítulos de uma tese de doutorado da universidade de Bordeaux, traduzidos para o inglês pela iniciativa do próprio doutor e disponibilizados por ele mesmo na internet uma década depois da defesa (GUINARD, 2002; ver abaixo).

A fonte a partir da qual Marcondes (p. 25) e Carnois (1983, p. 305) tiram a conclusão de que Peirce só admite uma única leitura de textos é a seguinte passagem de uma aula em que Peirce explica aos seus alunos o que é um argumento lógico: “O argumento é um representamen que não deixa que o interpretante seja determinado pela pessoa à qual o símbolo se dirige, mas separadamente representa o que é a representação interpretativa que ele pretende determinar. Essa representação interpretativa é, certamente, a conclusão” (CP 5.76, 1903). O que isto significa é tão simples quanto óbvio: quando qualquer intérprete, seja leitor ou ouvinte, está confrontado com as duas premissas de um silogismo, digamos *Todos os homens são mortais* (premissa maior) e *Os gregos são homens* (premissa menor), ela ou ele não tem outra alternativa senão a de concordar com o fato de que destas premissas segue a conclusão: *Logo, os gregos são mortais*. Que restrições deste tipo são fatos da comunicação humana e que elas determinam o pensamento daqueles que participam em diálogos racionais é tão inegável quanto é a realidade das restrições que as regras da gramática de nossa língua impõem sobre a nossa fala. Tirar desta lei trivial do pensamento humano a conclusão generalizante de que Peirce tivesse postulado que “*todos leem da mesma maneira*” é uma generalização grosseira e uma redução ao absurdo. Peirce sabia bem que há discursos sem interpretantes lógicos, mas o fato de que há discursos imaginários ou poéticos não justifica ignorar o estudo das determinantes do pensamento racional.

O efeito que a lógica tem sobre o nosso pensamento é um efeito que Peirce chama de interpretante lógico. Não é estranho, portanto, que a teoria do interpretante de Peirce seja também um alvo da crítica de Marcondes. Entrar nas ramificações sutis desta teoria é impossível nesta crítica, mas mostrar que a apresentação desta teoria por Marcondes é distorcida é fácil demais. Mais uma vez, o autor usa a estratégica retórica da generalização grosseira para criar uma caricatura das ideias de Peirce. Da premissa peirciana de que há três interpretantes, dos quais a elaboração do terceiro parecia “ainda algo nebuloso”

a Peirce mesmo (CP 4.536, 1905), Marcondes tira a conclusão inadmissivelmente generalizante de que “a noção de interpretante [é] algo que era, para ele, ainda bastante problemático” (p. 30).

A teoria da interpretação peirciana não é uma teoria hermenêutica, que prescrevesse qual das leituras possíveis de certos textos seja certa e qual errada, nem uma teoria dogmática que proibisse leituras individuais. Conforme Peirce, interpretações são interpretantes, efeitos que um signo cria num intérprete, mas estes efeitos podem ser de muitas ordens: sentimento, emoção, afecção, admiração, ação, obsessão, agressão, repúdio, convicção, crença, guerra e paz. Só alguns deles são lógicos. A suposição de que textos só possam ter uma única interpretação não se sustenta na semiótica de Peirce. Quando Peirce fala do interpretante lógico ou do interpretante final, ele não está falando de “obras abertas” no sentido de Umberto Eco (1969). Seu contexto é o discurso racional e o seu empreendimento é *How to Make our Ideas Clear* (CP 5.338, 1868). A convicção peirciana de que ideias claras sejam possíveis não ignora o fato de que ideias podem também ser vagas e a lógica pode ser difusa (NÖTH; SANTAELLA, 2011).

Ao mesmo tempo, é importante notar que os exemplos de interpretações, que Peirce fornece, referem-se, em sua maioria, a discursos científicos, discursos de pesquisadores em busca de conceitos claros e argumentos cientificamente válidos sem nenhuma ambição de prescrever como se lê um texto literário ou jornalístico. É contra este pano de fundo que se deve entender aquilo que Peirce diz sobre as interpretações inaceitáveis pelos pesquisadores em busca da verdade:

Se a verdade não for reconhecida como pública, – como aquela sobre a qual qualquer pessoa viria a se convencer, se levasse sua investigação, sua sincera busca por uma crença inamovível, suficientemente longe, – então não há nada que possa evitar que cada um de nós adote uma crença inteiramente fútil que nos seja própria e de que todos os outros descreem. Cada um se estabelecerá como um pequeno profeta, ou seja, um pequeno “maníaco”, uma vítima imbecil de sua própria estreiteza. (SS 73, 1908)

Esta citação também nos fornece evidência de outro erro de Marcondes. O autor acredita que “quem decide pela significação final, como interpretante lógico, será não menos que uma ‘comunidade [ideal] de investigadores’... [PEIRCE, CP 2.654]” (p. 30). Antes de tudo, essas quatro palavras não passam de uma citação fantasma, pois em CP 2.654 Peirce não fala nem de pesquisadores nem de uma comunidade “[ideal]”. Para completar, a ideia de que uma tal comunidade possa chegar a verdades científicas é incompatível com a teoria de Peirce. Em primeiro lugar, o princípio do falibilismo proíbe que verdades finais possam jamais atingidas. Em segundo lugar, Peirce não deixa nenhuma dúvida de que nós (“any person”) e não pesquisadores privilegiados, e só depois de “investigações suficientes”, estamos destinados a chegar a “crenças inabaláveis”, mas não a verdades finais. Por esta razão, outra conclusão de Marcondes, que não tem nenhum fundamento

em premissas peircianas, é a conclusão de que “a consciência é oprimida pelo interpretante lógico. Estamos diante, portanto, de um *conselho dos autorizados*, que por definição deve acabar por desconsiderar eventuais leituras marginais” (p. 30).

Fontes torpes, evidências fantasmas e a ética da pesquisa

Marcondes não se apoia em nenhum pesquisador de renome nos estudos peircianos. Seu conhecimento de Peirce vem de segundas ou terceiras fontes. O texto está cheio de citações fantasmas (ver acima). Nas páginas 29 e 30, o autor pretende citar os CPs 6.200, 1.420, 2.300 e 2.654, mas nenhuma dessas referências é autêntica e verdadeira. As referências bibliográficas incluem títulos não referenciados no texto.

Uma das fontes mais citadas (doze vezes) é de um escritor que se chama “Patrice Guinard, Ph.D.,” que tem um tradutor, Matyas Becvarov. Da filosofia, o tal Guinard fala de preferência entre aspas, por ex.:

Em 1984, quando fiz a proposta para o meu primeiro projeto de dissertação a um “filósofo” em uma universidade em Bordeaux, foi-me dito que deveria apresentar a “astrologia em sua inteireza” (sob a assunção de que ela não é familiar aos leitores na academia) antes de compará-la aos vários sistemas de filosofia clássica – como se existisse UMA astrologia...

O próprio Guinard mantém um site, que se chama “C.U.R.A. The International Astrology Research Center”. É deste site que Ciro Marcondes tirou doze informações sobre Peirce. CURA, para Guinard, significa “Centre Universitaire de Recherche en Astrologie”. Guinard se declara fundador deste centro.

Em resumo, os leitores só podem concordar com o grito de batalha “Esquecer Peirce!” de Marcondes. Sim, sem dúvida, esqueçamos o Peirce truncado, mal digerido e distorcido, que não é o Peirce que nos deixou uma teoria da comunicação, a qual merece um estudo aprofundado com métodos que respeitam a ética da pesquisa.

WINFRIED NÖTH é professor em semiótica cognitiva da PUC de São Paulo, ensina linguística e semiótica na universidade de Kassel, Alemanha, é membro honorário da Associação Internacional de Semiótica Visual e era presidente da Associação Alemã de Semiótica. As áreas principais da sua pesquisa são: semiótica geral, C. S. Peirce, cognição, imagens, mídias e mapas. O seu *Manual da Semiótica* saiu em alemão (1985 e 2000) inglês (1990), croata (2004) e bahassa (Indonésia) (2006). <<http://www.uni-kassel.de/~noeth>>

noeth@uni-kassel.de

Referências

- ALMEIDA, L. (2012). Falibilismo en Peirce y Popper. **Seminario del Grupo de Estudios Peirceanos Universidad de Navarra**. 10/05/2012. Disponível em: <<http://www.unav.es/gep/Seminarios.html>>. Acesso, março de 2013.
- BERGMAN, M. (2004). **Fields of Signification: Explorations in Charles S. Peirce's Theory of Signs**. Vantaa: Dark.
- _____. WINFRIED NÖTH. (2008). The new wave of pragmatism in communication studies. **Nordicom Review** 29.2, pp. 135-153.
- CARNOIS, B. (1983). Le sémiotique pragmatique de C. S. Peirce et ses limitations épistémologiques. **Les études philosophiques**, v. 3, pp. 299-316.
- DILWORTH, D. A. (2011). Peirce's objective idealism: A reply to T.L. Short's 'What was Peirce's objective idealism?' **Cognitio: Revista de Filosofia**, v. 12.1, pp. 53-74.
- ECO, U. (1969). **Obra aberta**, trad. São Paulo: Perspectiva.
- FISCH, M. (1986a). Hegel and Peirce. In: FISCH, M. **Peirce, Semeiotic, and Pragmatism**. Bloomington, IN: Indiana University Press, pp. 261-282.
- _____. (1986b). Peirce as a scientist, mathematician, historian, and philosopher. In: FISCH, M. **Peirce, Semeiotic, and Pragmatism**. Bloomington, IN: Indiana University Press, pp. 376-400.
- GORLÉE, D. (1990). Degeneracy. **Semiotica**, v. 81, pp. 71-92.
- GUINARD, P. (2002). **Critical Analysis of Peirce's Semiotics and an Ontological Justification of the Concept of the Impressional**, trad. BECVAROV, M. (= Capítulos 16-19 e 23 tese de P. G. de 1993, Universidade de Bordeaux). Disponível em: <<http://cura.free.fr/16peiren.html>>. Acesso em dez. 2012.
- HABERMAS, J. (1995). Peirce and communication. In: KETNER, K. L. (Ed.). **Peirce and Contemporary Thought**. New York: Fordham University Press, pp. 243-266.
- HILPINEN, R. (1995). Peirce on language and reference. In: KETNER, K. L. (Ed.). **Peirce and Contemporary Thought**. New York, NY: Fordham University Press, pp. 272-303.
- JOHANSEN, J. D. (1993). **Dialogic Semiosis**. Bloomington, IN: Indiana University Press.
- KENT, B. (1987). **Charles S. Peirce: Logic and the Classification of the Sciences**. Kingston: McGill –Queen's University Press.
- KRUSE, F. E. (1991). Genuineness and degeneracy. **Transactions of the Charles S. Peirce Society**, v. 27.3, pp. 267-298.
- LAUGIER, S. 2006. Pragmatisme. In: LECOURT, D. (Org.), **Dictionnaire d'histoire et philosophie des sciences**, 4a ed. Paris: Quadrige/PUF, pp. 876-879.
- LISZKA, J. J. (1996). **A General Introduction to the Semeiotic of Charles S. Peirce**. Bloomington, IN: Indiana University Press.
- MARCONDES FILHO, C. (2009). Comunicação. In: MARCONDES, C. (Org.). **Dicionário da comunicação**. São Paulo: Paulus, pp. 63-65.
- _____. (2004). **O escavador de silêncios: Formas de construir e desconstruir sentidos na comunicação**. São Paulo: Paulus.
- _____. (2012). Esquecer Peirce? Dificuldades de uma teoria da comunicação que se apoia no modelo lógico e na religião. **Galáxia**, v. 24, pp. 22-32.

NÖTH, W. (2010). 2010. The criterion of habit in Peirce's definitions of the symbol. **Transactions of the Charles S. Peirce Society** 46.1, pp. 82-93.

_____. (2011). Comunicação: os paradigmas da simetria, antissimetria e assimetria. **Matrizes**, v. 5.1, pp. 85-107.

_____; SANTAELLA, L. (2011). Meanings and the vagueness of their embodiments. In: THELLEFSEN, T; SØRENSEN, B.; COBLEY, P. (Eds.) **From First to Third via Cybersemiotics**. Copenhagen: SL forlagene, pp. 247-282.

OEHLER, K. (1995). A reponse to Habermas. In: KETNER, K. L. (Ed.). **Peirce and Contemporary Thought**. New York: Fordham University Press, pp. 267-271.

ORANGE, D. M. (1984). **Peirce's Conception of God**. Lubbock, TX: Institute for Studies in Pragmatics.

PEIRCE, C. S. (1931-58). **Collected Papers**, vols. 1-6, eds. Hartshorne, C.; WEISS, P., vols. 7-8, ed. BURKS, A. W. Cambridge, MA: Harvard University Press (citado como CP, seguido pelo número do volume e do parágrafo). – Port. (seleção): (1972). **Semiótica e filosofia**. São Paulo: Cultrix. – (1974). **Escritos coligidos**. (= **Os Pensadores XXXVI**). São Paulo: Abril Cultural, pp. 1-200; e (1977). **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva.

_____. (1963-66 / 1979). **The Charles S. Peirce Papers**, 30 reels, 3rd microfilm edition. Cambridge, MA: The Houghton Library, Harvard University, Microreproduction Service (citado como MS).

_____. (1976). **The New Elements of Mathematics**, 4 vols., ed. EISELE, C. The Hague: Mouton (citado como NEM, seguido pelo número do vol.).

_____. (1977). **Semiotic and Significs**: The Correspondence between Charles S. Peirce and Victoria Lady Welby. Bloomington: Indiana University Press. (Citado como SS).

_____. (1998). **The Essential Peirce**, v. 2 (1893-1913), Peirce Edition Project (Ed.). Bloomington, IN: Indiana University Press (citado como EP 2)

PIETARINEN, A.-V. (2003). Peirce's theory of communication and its contemporary relevance. In: NYÍRI, K. (Ed.). **Mobile Learning**. Wien: Passagen, pp. 81-98.

_____. (2006). **Signs of Logic**. Peircean Themes on the Philosophy of Language, Games, and Communication. Dordrecht: Springer.

POPPER, K. R. (1972). **Objective Knowledge: An Evolutionary Approach**. Oxford: Clarendon.

RUSSELL, B. (1959). **Wisdom of the West**. Garden City, NY: Doubleday.

SANTAELLA, L. (2004). **O método anticartesiano de C. S. Peirce**. São Paulo: Editora Unesp.

_____; NÖTH, W. (2004). **Comunicação e semiótica**. São Paulo: Hacker

TEJERA, V. (1996). Has Habermas understood Peirce? **Transactions of the Charles S. Peirce Society**, v. 32.1, pp. 107-125.

*Artigo recebido em fevereiro
e aprovado em março de 2013.*